

FMI aprova o Plano Brady e pede urgência

69

Washington — O comitê provisório da junta de diretores do Fundo Monetário Internacional aprovou ontem o Plano Brady para a redução da dívida dos 39 países mais endividados do mundo, e ordenou a diretoria-executiva levá-lo à prática "com urgência".

Essa iniciativa, lançada em 10 de março pelo secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, pretende reduzir numa média de 20 por cento o montante e a carga dos serviços das dívidas, embora o nível possa ser "muito maior" em casos específicos como o do México, segundo seu autor.

O comitê, que se reúne a cada seis meses e concluiu ontem suas deliberações de primavera, reafirmou a validade dos princípios centrais da estratégia da dívida, isto é, o enfoque caso por caso e a aplicação de programas de ajuste orientados para o crescimento, apoiados com novos financiamentos.

Entretanto, reconheceu de fato a insuficiência desse apoio ao lançar um apelo "aos emprestadores oficiais e privados" para que o reforcem, e antecipando a escassa possibilidade de êxito nesse sentido e admitiu "por uma ênfase maior nos esquemas de redução da dívida".

Isso deverá diminuir as transferências negativas que sofrem os países devedores e liberar recursos para reativar seus investimentos internos, retraídos numa média de 24 a 17 por cento desde 1983.

URGÊNCIA

O comitê provisório, integrado pelos ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais dos 151

países-membros do FMI ordenou à diretoria-executiva do Fundo "considerar matéria de urgência" as propostas do Plano Brady.

Aprovou igualmente que o FMI indique "montantes adequados" para facilitar as operações de redução da dívida daqueles países que "executem sadias reformas econômicas", dedicando a isso "uma porção" dos fundos a que têm acesso os membros no contexto de programas apoiados pelo Fundo.

O ministro das Finanças da Holanda e presidente do comitê, Onno Ruding, e o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, disseram que "é impossível" qualificar os montantes que o Fundo poderá usar para essas operações.

Camdessus assinalou que isso dependerá do número de países que solicitarem apoio e da qualidade de seus programas, assim como da resposta do mercado.

"Quanto mais forte, o programa necessitará de mais apoio financeiro, mas também deverá ser maior o benefício", afirmou.

A margem de redução dependerá criticamente do "regateio" entre os devedores e os bancos comerciais.

O comitê assinalou que a perspectiva de uma melhoria na qualidade de seus ativos deverá estimular os bancos comerciais a negociarem rapidamente os waivers ou suspensão temporária das cláusulas contratuais que impedem as operações de redução da dívida, e incitou os governos das nações credoras a revisarem seus sistemas reguladores e restritivos para eliminar obstáculos

que restrinjam a participação dos bancos nessas operações.

Os ministros deixaram, no entanto, em dúvida o seu apoio a um aspecto-chave do Plano Brady: o respaldo do FMI aos esquemas de redução da carga de juros, tema que na opinião dos ministros "deverá ser examinado" com mais profundidade.

O comitê frisou por outro lado que o financiamento oficial não pode continuar substituindo o financiamento privado, e que a participação do FMI no alívio da dívida deverá ser acompanhada "por um forte apoio" dos bancos comerciais, incluindo novos empréstimos.

A respeito, aplaudiu a oferta do Japão de estender financiamento adicional paralelo aos esforços do Fundo, e considerou que o Banco Mundial deverá desempenhar um papel importante na nova estratégia.

AUMENTO

O comitê insistiu com a diretoria-executiva do FMI para completar sua análise com o objetivo de tomar uma decisão antes do fim do ano a respeito do aumento das cotas do Fundo, e abriu a porta a um maior papel do Japão ao admitir que o volume e a distribuição de qualquer aumento "deverão levar em conta as mudanças na economia mundial".

O Japão é a segunda potência industrial do mundo mas ocupa o quinto lugar entre os acionistas do FMI, depois dos EUA, da Inglaterra, da Alemanha Ocidental e da França.

REUTERS



Maílson, entre Gyôthen (D) do Japão e Davila, do Peru, iniciará contatos para obter a redução da dívida